

## **(RE) CONSTRUINDO SENTIDOS: OS DISCURSOS SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL**

Luciana Aleva Cressoni<sup>1</sup>

O objetivo deste trabalho, recorte de nossa pesquisa de mestrado, é entender o trabalho do simbólico no uso da linguagem e, ao filiar-se à Análise de Discurso francesa (AD), apresentar ao leitor possibilidades de sentidos encontradas nos discursos sobre o que é ser um professor de língua portuguesa em nosso país. Por entendermos que os sentidos não se encontram estabilizados nas palavras, nossas investigações buscam, para além do óbvio, as relações de constituição, formulação e de circulação de sentidos estabelecidas entre sujeitos, linguagem e condições de produção.

Admitindo o homem como um ser simbólico que constrói relações através de movimentos de identificação/subjetivação possibilitados por filiações de sentidos é que aqui nos posicionamos quanto a ideia de que o simbólico não pode ser desvinculado do político. Assim, procuramos, através de nossas análises, descrever e analisar essas relações simbólicas e políticas envolvidas nos processos de formulação e circulação de sentidos partindo, como corpus inicial, das materialidades linguísticas veiculadas no site *Seja um Professor*, do Ministério da Educação (MEC) e de legislações que apresentam normatizações para a formação deste profissional. Se sujeito e sentido se constituem em um processo dialético de emergência de sentidos, situamos nossa pesquisa "no encontro da materialidade da língua com a materialidade histórica" (ORLANDI, 2008) que constituem os discursos sobre ser professor de língua portuguesa no Brasil.

Estas considerações nos permitem trazer para os dispositivos de análise que aqui utilizaremos as noções de que, em estudos discursivos, não entendemos as

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação PPGPE/UFSCAR

práticas de linguagem apenas como processos conscientes. Mas como relações que nos permitem observar, no funcionamento discursivo e em sua materialidade linguística o funcionamento da ideologia (ORLANDI, 2013), que atravessa os indivíduos e contribui para que processos de subjetivação sejam efetivados. Assim, ao estudarmos o discurso oficial sobre a formação de professores de língua portuguesa, veiculado pelo MEC, tentaremos entender o trabalho da ideologia nas práticas discursivas das políticas públicas para a educação. Com Orlandi (2008) compreendemos que práticas institucionais são práticas que nos permitem entrar em contato com o funcionamento de um corpo social, apontando para as condições de produção dos discursos que contribuem para os processos de subjetivação

Não há corpo que não seja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos. Dessa forma é que pensamos que o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto não lhe é transparente. (ORLANDI, 2008, p.10)

Interpretar é procurar por sentidos e são os gestos de interpretação que nos levam a entender a linguagem em sua especificidade discursiva como efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 2013), por isso ao analisarmos as formulações apresentadas pelas instituições faremos a descrição e a análise dos processos discursivos que contribuem, através das possibilidades de dizer inscritas no interdiscurso, para a (des)estabilização de sentidos sobre como são esses profissionais que lidam com o ensino da língua portuguesa no Brasil.

Subjetivação segundo Althusser (1980) e sua tese de que "a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos" é o processo pelo qual, todo indivíduo, pelo/no uso da linguagem está inserido em práticas sociais, que, através do trabalho da ideologia o constituem e o fazem se identificar, por um mecanismo inconsciente de interpelação, como parte de processos discursivos que o caracterizam, mas que, na verdade caracterizam todos os indivíduos que estão inseridos nas mesmas práticas ideológicas possibilitadas pela linguagem em uma formação social.

Nossa pesquisa começou com a tentativa de entendermos o que era ser um professor no Brasil, pretendíamos analisar como os discursos de instituições como o

MEC contribuía para os processos de subjetivação dos indivíduos professores. Ao iniciarmos a construção de nosso corpus discursivo não tínhamos em mente realizar gestos de interpretação que nos levassem a construir sentidos sobre a língua nacional brasileira e nem mesmo sobre os professores que trabalham com o ensino dessa língua. Como nosso corpus inicial foi o site *Seja um Professor* realizamos um trabalho investigativo que nos fez percorrer o próprio site, revistas científicas e legislações que nos fizeram encontrar algumas regularidades nas formulações ao enunciarem sobre ser professor no Brasil. Regularidades que apontavam para o fato de que sempre que se falava sobre ser um professor, falava-se sobre a formação do professor.

Realizamos nossas análises a partir do slogan: “*Seja um Professor. Venha construir um Brasil mais desenvolvido, mais justo, com oportunidades para todos*”, que, por se apresentar logo no início da página nos parece ser uma formulação importante a ser considerada ao falarmos sobre o portal.

Uma primeira leitura da formulação proposta pelo site já nos permite entender, pelo deslizamento de sentido apresentado pelos dizeres “*mais desenvolvido, mais justo e com oportunidade para todos*”, que o Brasil não é um país desenvolvido, não é um país justo e não apresenta oportunidades iguais a todos os cidadãos. E esse dizer sobre um país injusto, desigual e sem oportunidades se encontra justamente no que não está dito, mas que não deixa de significar.

As análises das escolhas - e sempre que tratarmos de escolhas em nossas análises estaremos falando com Pêcheux (2012) em escolhas "mais ou menos conscientes" - lexicais e sintáticas presentes no slogan em questão nos levam a entender o trabalho da língua nas práticas ideológicas de subjetivação. A sentença começa com um imperativo formado pela expressão *Seja um Professor*. *Seja* é a construção verbal do imperativo do verbo ser conjugado com o pronome você. Você é a segunda pessoa nas situações de comunicação, pois é com quem se fala, mas os verbos diante do pronome você se conjugam na terceira do singular. O modo imperativo do verbo pode indicar convencionalmente uma ordem, um pedido ou uma sugestão e se atentarmos para a questão da construção da conjugação do pronome

você veremos que o imperativo para esse pronome é formado pelo modo subjuntivo do verbo. O modo subjuntivo indica dúvida, possibilidade, não expressa a certeza da ação verbal. Então se analisarmos os dois contextos ainda veremos que, normalmente, ao falarmos com uma segunda pessoa no imperativo, a construção da conjugação obedeceria a regra geral e se faria com a segunda pessoa do verbo no modo indicativo, que pela normatização gramatical, exprime certezas, realidades ou coisas que aconteceram ou acontecerão. Nossa análise linguística nos permite entender que não só esse sujeito professor é responsável por questões estruturais da formação do Brasil, como é um sujeito que não se pode, pela estrutura da língua utilizada para caracterizá-lo, determinar. Os discursos que caracterizam o professor o apontam sempre como um sujeito que ainda vai ser, portanto, sempre que se fala desse professor é preciso marcar, discursivamente, a necessidade de caracterizá-lo como um sujeito sempre em formação.

Outras formulações entraram em nossas análises, mas a partir desse ponto, nosso texto começará a pensar sobre algumas questões referentes a políticas linguísticas de formação das línguas nacionais e de como esses processos históricos refletiram sobre a subjetivação dos professores de língua portuguesa no Brasil.

Para pensarmos brevemente sobre o ensino da língua a partir dos discursos que circulam sobre a língua nacional e sua escolarização utilizaremos as discussões de Pêcheux (1998) sobre a Linguística e seu viés ou sociologista ou logicista e as implicações que essa limitação de percepção sobre os fenômenos da língua tiveram não só no ensino das línguas, mas em toda a forma de construção dos sistemas de ensino. Para isso, é importante entendermos que Pêcheux (1998) aponta uma espécie de crise na Linguística para dizer que o que causa essa crise é que tanto o logicismo, quanto sociologismo “constituem hoje duas formas específicas de denegação da política”.

Todas as questões da negação da política são exemplificadas por Pêcheux (1998) pautadas nas diferenças de construção das epistemologias das tendências da Linguística que, ao admitirem uma noção de sujeito empírico, trabalham com as noções de “responsabilidade e intenção” (PÊCHEUX, 1998) e toda essa história da

constituição e dos estudos linguísticos recaem sobre a formação dos professores de língua na educação básica que, em nossas análises parecem ficar de fora da possibilidade de construir seus próprios conhecimentos linguísticos a partir de suas próprias experiências. E agora estamos pensando nas autorizações sociais, relativas à “divisão social da leitura” (PÊCHEUX, 2014), para produzir a leitura de arquivo.

Nossa pesquisa apontou que uma regularidade ao se falar sobre ser um professor na educação básica no Brasil é a de que para se falar do professor fala-se sobre sua formação e no site essa regularidade pode ser verificada quando observamos que a palavra “formação” é a única palavra se repete em dois momentos nas abas de navegação de *Seja um Professor*. Ela aparece na aba “Como se tornar um professor” e novamente na aba “Serviços ao Professor”. Ao aparecer nos “Serviços ao Professor” uma formulação nos chamou a atenção: “*O Gestar II é um programa de formação continuada para melhorar a qualidade do ensino dos professores que já estão trabalhando na rede pública.*” E ao percebermos que a formação do Gestar II é direcionada para professores de Português ou de Matemática começamos a procurar descrever as condições de produção que possibilitaram esse dizer sobre os professores que ensinam português na Educação Básica no Brasil.

Com a análise da formulação de divulgação do Projeto Gestar II de Língua Portuguesa observamos que não só a formação entra em cena, como também é colocado em cheque a qualidade da formação que os professores da rede pública já deveriam ter. A formulação que aponta para “melhorar a qualidade do ensino dos professores” apresenta uma total responsabilização sobre a qualidade do ensino da rede pública ao trabalho dos professores permitindo que entendamos, por relações parafrásticas, que o sentido estabilizado discursivamente é o que aponta para que a qualidade do “ensino” do professor não é boa, realizando o apagamento de processos históricos que levaram a essa estabilização e produzindo um efeito de evidência sobre a responsabilização do professor pela qualidade do ensino.

Prosseguiremos com nossas análises em nossa dissertação de mestrado para entendermos ainda mais as relações entre os discursos que circulam nas

esferas governamentais, sendo entendidos como oficiais, e sua relação com a estabilização dos sentidos produzida historicamente sobre quem são e sobre como pode ser a formação dos professores de língua portuguesa da educação básica. Mas acreditamos já poder nos posicionar quanto a uma característica apresentada pela língua em seu funcionamento nas formulações analisadas sobre os professores e as finalidades do ensino da língua.

Parece haver uma contradição entre o que se espera que o professor faça com os alunos e o que se discursiviza sobre quem é este professor. Como é que um professor que não está autorizado política e historicamente a produzir seus conhecimentos sobre a língua e seus processos de emergência de sentidos pode fazer com que seus alunos sejam produtores de seus próprios conhecimentos linguísticos tornando-se cidadãos autônomos, como apontam as formulações das legislações que normatizam a educação básica?

Nossas análises até o momento apontam para mais um questionamento baseado no que Pêcheux (1998) caracterizou como “dois fenômenos marcantes da evolução da luta de classes no mundo”. Começamos a nos indagar se não acontece no Brasil, quando se pensa na educação básica, na rede pública de ensino e na formação dos professores que atuarão nessa rede, exatamente a (re)produção desses dois fenômenos através dos discursos que circulam sobre esse professor.

O primeiro fenômeno é o questionamento das “políticas linguísticas” que consolidaram as línguas nacionais nos países “em vias de desenvolvimento” produzindo uma forma de neo-colonialismo e esse questionamento diz respeito ao apagamento histórico de discursos que façam circular sentidos diferentes dos que apontam, por exemplo, a língua portuguesa como uma língua difícil de ser aprendida pelos brasileiros em situações escolares. Sabemos que nossas análises não se esgotam no percurso mostrado neste artigo, por isso prosseguiremos tentando entender os discursos produzidos na história da educação em nosso país e como se produzem consensos e resistências ao utilizarmos a língua nacional para “veicular os elementos científicos-técnicos” colocando em jogo a própria constituição do discurso científico e a própria Linguística e como ela é e foi compreendida historicamente na constituição da políticas de ensino de língua no Brasil.

O segundo fenômeno é a produção do fracasso escolar pelo desenvolvimento das “contradições nos sistemas escolares dos países capitalistas desenvolvidos” reproduzindo um discurso que aponta para o fracasso escolar das classes sociais menos favorecidas. A análise de nossa formulação embora seja direcionada à formação de professores contribui para a reprodução desse segundo fenômeno apontado por Pêcheux (1998), pois ao formular sobre a melhoria da qualidade do ensino dos professores da rede pública, apresenta em nossos gestos de leitura a possibilidade de efeitos de sentido que dizem sobre o fracasso escolar dos alunos do ensino público responsabilizando o trabalho dos professores por essa situação causando assim, o apagamento das questões histórico, políticas e sociais que possibilitaram a formulação e a circulação de sentidos de discursos que continuam mantendo as desigualdades de acesso e qualidade da educação segundo a origem socioeconômica de quem está envolvido nos processos de escolarização.

Como já dissemos, nossas investigações não se esgotam aqui e outros sentidos podem emergir de novas análises. No entanto, para um efeito de fim, concluímos que ao construir um percurso investigativo que nos permitiu entender que os sentidos que circulam sobre ser um professor no Brasil, sobre o ensino da língua portuguesa e sobre a qualidade do ensino na rede pública não podem ser vistos como sentidos únicos. Os sentidos apresentados oficialmente como verdades sobre a educação em nosso país não passam de sentidos que se estabilizaram por razões muitas que nossas análises sempre procurarão entender para que não caiamos na ilusão de que tudo está perdido e que a educação pública está fadada ao fracasso. Entender os estudos da linguagem como uma forma de resistência ao sistema dominante é entender que nosso trabalho de analistas de discurso é o de fazer circular sentidos outros que nos permitam (re)significar a cada momento nossa relação com o mundo, com o simbólico e com o político que nos constituem.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ORLANDI, E.P. *Discurso e texto*. Formulação e circulação de sentidos. 3ª Edição. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ª Edição. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, M. e GADET, F. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? Trad. Eni P. Orlandi. In: *Escritos*. Campinas: LABEURB/UNICAMP, 1998, 5-16.

PÊCHEUX, M. *O Discurso*. Estrutura ou acontecimento. 6ª Edição. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2014.